

**O SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
E A QUESTÃO DAS REDUÇÕES JESUÍTICAS DA BACIA DO PRATA:
UM CAPÍTULO DA HISTORIOGRAFIA ARTÍSTICA BRASILEIRA
DURANTE O ESTADO NOVO (1937-1945)**

Dalton Sala

I. A ausência de modelos de interpretação capazes de incorporar o elemento histórico-materialista tornou a pesquisa, a crítica e a história da arte patrocinadas pelo SPHAN durante o Estado Novo deficientes em elementos metodológicos capazes de abordar a questão social e, por conseqüência, de situar a arte e o artesanato colonial em seu contexto mais amplo.

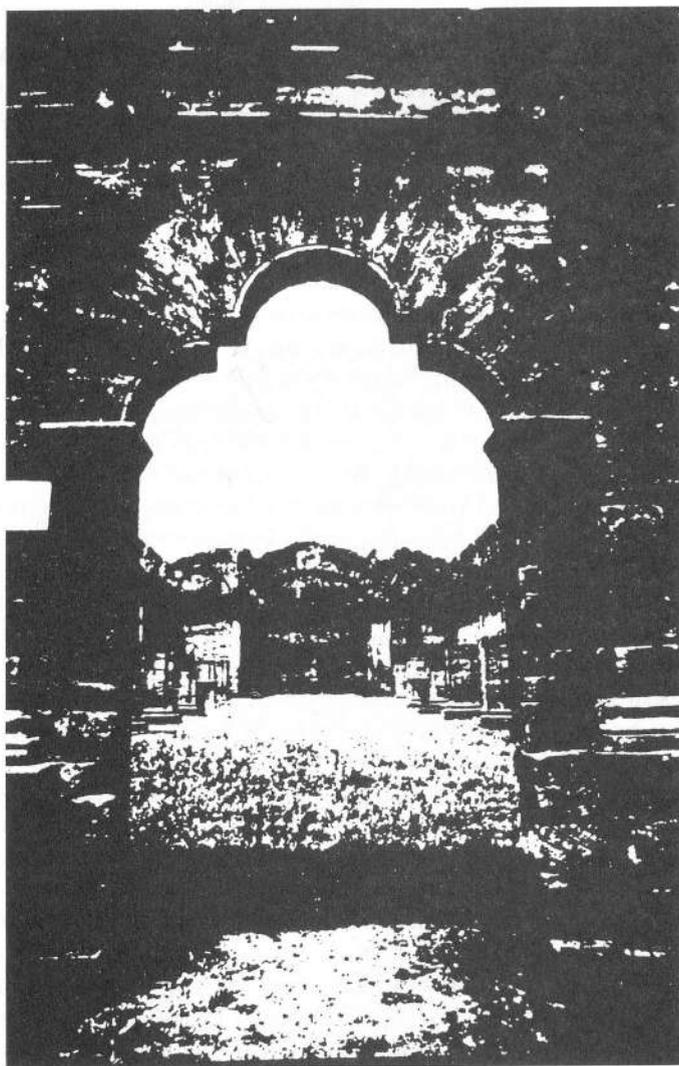
Não cabe neste trabalho identificar a sobrevivência das premissas ideológicas do Estado Novo no atual momento político brasileiro. Mas essa persistência faz com que ocorra algo semelhante nas interpretações que hoje se fazem a respeito dos fenômenos culturais e artísticos no Brasil colonial.

Essas interpretações dependem fundamentalmente, para serem compreendidas, da análise dos subsídios que o SPHAN forneceu através de suas pesquisas e publicações. Também elas não conseguem incorporar adequadamente o dado social, justamente porque aquela anterior lacuna o impede.

Se tomarmos como exemplo a questão da arte e da arquitetura missionárias orientadas pelos jesuítas na bacia platina, cujas reduções estão hoje em parte dentro do território brasileiro, os chamados Sete Povos das Missões, talvez possamos perceber como a questão da memória social permaneceu soterrada, a despeito de tudo que possa ter sido feito a propósito de levantamentos de dados, preservação de ruínas e coleta de material.

Dito de outra forma, a questão das reduções jesuíticas onde se concentraram os índios guaranis foram antes de mais nada um fato social e político, que implicou na imposição da história a povos pré-históricos através da catequese. A alfabetização, o batismo, a organização para o trabalho dentro das normas civilizadas, traduziu-se num projeto urbanístico sofisticado, num exército indígena capaz de enfrentar a expansão portuguesa naquele flanco dos domínios espanhóis e em um excedente de produção que se tornava cada vez mais significativo.

É justamente essa extensão do fato político que permanece mascarada para quem hoje se interessa ou simplesmente visita as ruínas remanescentes.



Arcos de Gesù, no Paraguai.

A presença de enormes vestígios de pedra, igrejas semidesmoronadas, santos, nichos, casas de índios, praças enormes, os terreiros de Jesus, tudo parece simplesmente natural; transformados em tema de cartão postal, as ruínas, produto e testemunho do trabalho humano, são olhadas como se olha um rochedo na praia batido pelas ondas, sugerindo um passado abissal que quase não podemos mais recordar. Qualquer intelectual brasileiro sabe mais da renascença italiana do que das missões jesuíticas na América do Sul, então que dizer da grande população, mesmo daqueles que vivem hoje dentro do próprio espaço onde outrora os padres dirigiram o índio?

Os interessados circunstanciais procuram uma empatia estética, os intelectuais estudiosos da arte resvalam para as interpretações formais. No cerne disso tudo está a incapacidade tanto de uns quanto de outros em compreender a dialética de um processo de dominação que, uma vez instalado, desdobra-se em sucessivas etapas e determina a atualidade.

A questão dos Sete Povos das Missões, hoje situados em território do Rio Grande do Sul, se presta admiravelmente bem para entendermos como o SPHAN, durante o Estado Novo, trabalhou no sentido de preservar parcialmente ruínas que se transformaram em monumento nacional e em símbolo de um passado mítico em que gigantes construíram a unidade e a grandeza da pátria. Ao mesmo tempo, patrocinou e divulgou uma visão teórica do fenômeno que é elaborada o suficiente para não poder ser desprezada e insuspeita ideologicamente, podendo ser manipulada em termos de comunicação de massas e de uma imagem nacional.

Essa questão é extremamente interessante pelo fato desse território só se incorporar tardiamente ao território brasileiro, sendo que todo o ciclo cultural desenvolvido pelos jesuítas o foi durante a soberania espanhola sobre o território. Isso é ignorado, as ruínas são hoje patrimônio nacional, ao invés de facilitar as relações culturais com povos que participaram do mesmo evento histórico. Por outro lado, esse deslocamento de fronteiras facilita o esquecimento histórico e o disfarce de problemas sociais, incluindo a opressão da etnia guarani.

Muitos textos publicados pelo SPHAN em sua revista, entre 1937 e 1945, se referem aos jesuítas e suas reduções indígenas, seus colégios, sua arte e arquitetura religiosa. Quase todos eles se ocupam exclusivamente da ação dessa ordem religiosa em terras coloniais portuguesas. Apenas dois se referem à atuação dos jesuítas em terras espanholas, das quais uma pequena porção integra hoje o território brasileiro.

Um deles é o texto de Alberto Lamego intitulado "Os Sete Povos das Missões".¹ Consiste basicamente em leitura, tradução e transcrição de manuscritos de propriedade de seu autor, erudito e colecionador cujo acervo compreendia enorme biblioteca e documentação.² O ensaio se inicia, logo no primeiro parágrafo, com menção a Vargas, nascido em São Borja,

um dos Sete Povos, seguida de pequeno laudatório ao ditador. É um artigo que só interessa na medida do interesse do documento transcrito, a visão que o autor nos transmite é exatamente o da grandeza dessa civilização que se transporta do além-mar para conviver catolicamente com o índio. Para o historiador da arte pouca coisa se salva, praticamente só interessam as entrelinhas ou o subtexto, enquanto fonte de elementos que agrupados e cotejados com dados saídos de outras fontes possam conduzir a uma visão do processo de produção e uso social de objetos artísticos.

O outro, certamente bem mais importante, é o artigo de Lúcio Costa, "A Arquitetura Jesuítica no Brasil".³ Trata de forma ampla da ocorrência dessa arquitetura em terras brasileiras e contém ao final menção aos Sete Povos. Lúcio certamente conhece bem os problemas, tanto os de arquitetura quanto os específicos àquelas reduções: a primeira missão oficial do SPHAN foi sua ida em fins de 1937, inícios de 1938, àquelas ruínas. Reuniu as peças que formam hoje o acervo do museu que está em São Miguel, projetou tal museu, participou e orientou o projeto de limpeza e estabilização das ruínas; disso resulta um conhecimento vivencial somado a uma bagagem teórica que faz o texto realmente denso e leitura obrigatória e fundamental para quem quer que se ocupe do problema. Sua ótica é, entretanto, formalista e limitada ao ponto de vista arquitetônico, ignorando as relações sociais de produção no canteiro de obras. Mas não é essa, afinal, a limitação que o SPHAN impôs a seus colaboradores e da qual nem os melhores escaparam?

Teoricamente, a análise de Lúcio é uma mistura, curiosa e brasileira, entre a idéia positivista de progresso dos estilos e uma visão idealista da vida das formas. Historicamente correta ao identificar as fontes de inspiração ou os modelos dessa arquitetura colonial, não chega a ser positivista por não relacionar direta e mecanicamente essa produção ao seu contexto social. Revela, entretanto, uma crença no progresso intrínseco das formas, como se as coisas acontecessem sempre de dentro para fora.⁴ A omissão do fato social faz com que problemas relativos à organização do trabalho, conformados por relações de dominação e opressão, não sejam abordados, lacuna essa que ainda não foi superada e que exigiria um estudo interdisciplinar onde o sistema colonial, o projeto de catequese e as formas de organização social e econômica fossem estruturalmente dispostos para esclarecimento da produção material.

Também nesse período, entre 1937 e 1945, o SPHAN publica, em sua série de monografias, o extenso trabalho de Aurélio Porto, "História das Missões Orientais do Uruguai".⁵ Esse trabalho deveria ser um estudo sobre a arte na civilização missionária dos jesuítas; para tanto Rodrigo Melo Franco de Andrade convidou Aurélio Porto. Mas o gaúcho ponderou que sem um estudo prévio da civilização jesuítica das missões "seria difícil compreender, em suas linhas estruturais, a arte jesuítica-colonial, cujos monumentos vetustos se reer-

guem, agora, na região missioneira, reconstituído pelo Serviço do Patrimônio Histórico, por determinação do Sr. Getúlio Vargas, que assim reintegra ao patrimônio artístico nacional uma das mais belas páginas da História do Brasil".⁶

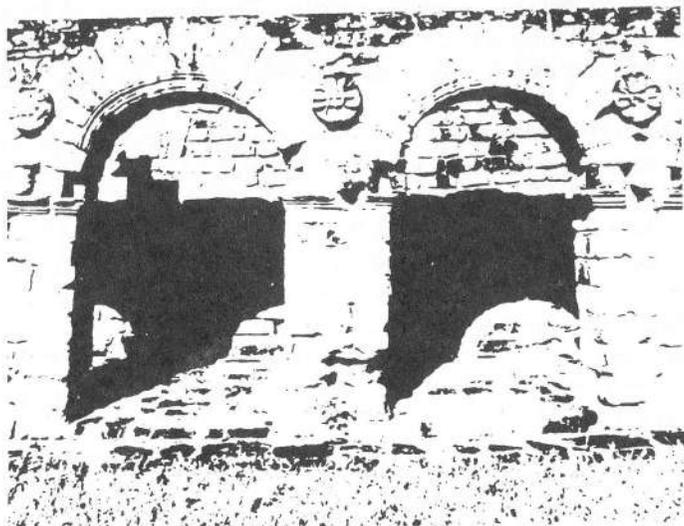
Desse modo foi escrito um primeiro volume, chamado pelo autor de "O Ciclo da Civilização Jesuítica das Missões", que o SPHAN editou em 1943 sob o título citado anteriormente. Esse trabalho deveria ser completado por um segundo volume, "a Arte na Civilização Jesuítica das Missões".⁷ Esse segundo volume, de acordo com padre Luís Gonzaga Jaeger, jesuíta, em prólogo à segunda edição da obra por uma editora de Porto Alegre, "ficou afogado no tinteiro, com apenas algumas notas esparsas e um auspicioso índice, que prometia uma contribuição esplêndida e inédita para a Cultura Cívico-Religiosa Sul-Americana".⁸ O estudioso gaúcho falece em 1945, deixando seu trabalho pela metade.

O primeiro volume é um longo arrolamento de dados históricos e documentais e tem como fundo principal a leitura da Coleção de Ângelis⁹ da Biblioteca Nacional. Mas vai além da riqueza e da precisão quanto ao levantamento e leitura de acervos documentais, pois oferece uma interpretação ufanista centrada no papel civilizador dos jesuítas enquanto melhor fração da etnia branca e do domínio europeu.

Essa interpretação não sugere tensões sociais além daquelas que pudessem ser entendidas como naturais entre duas culturas em contato: omite uma análise das relações de opressão entre jesuítas e índios e permanece, portanto, uma visão jesuítica do problema. O coronel Aurélio Porto anexa, por assim dizer, a história desse território missioneiro à história do Brasil.

Desses três textos, dois ensaios e uma monografia, apenas o texto do professor Lúcio Costa recusa a interpretação ufanista e civilizadora do problema, encerrando-se na dignidade de um estudo corretamente histórico e arquitetônico. Mas o dado social, e pressupostos histórico-materialista em seus modelos interpretativos, estão ausentes em todos os três e dessa forma se inserem no quadro mais amplo das relações ideológicas do Estado Novo e da ditadura de Vargas.

Constatada essa lacuna metodológica, é necessário superá-la. E essa superação só se fará justamente pela inclusão desses dados em modelos interpretativos que certamente não serão os mesmos que poderiam ter servido de instrumentos aos historiadores e estudiosos da arte que colaboraram com o SPHAN caso a censura ideológica não tivesse se estabelecido, modelos cuja suposição é mero jogo intelectual. Essa inclusão deverá ocorrer em termos atuais, interdisciplinares, onde as áreas de atuação dos diversos campos do conhecimento contribuem para o esclarecimento de um mesmo objeto.



Arcos de Trinidad, no Paraguai.

II. A crítica e a historiografia da arte patrocinadas pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional durante o Estado Novo procuraram identificar as características da sociedade colonial, cujas tradições e memórias se propunham a preservar, com a idéia de nacionalidade que o Ministério da Educação e Saúde buscava implantar. Confundia-se a nação com um território cuja propriedade garantia a integração à sociedade civil.

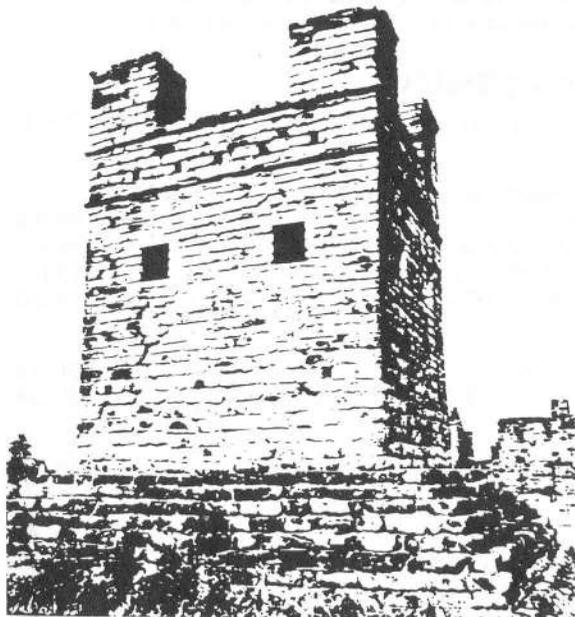
A posse da terra e dos bens de produção por uma oligarquia patrimonial que continuava a servir aos interesses colonialistas do capitalismo internacional foi certamente a grande preocupação política da ditadura de Vargas; o homem era visto incorporado à propriedade como um bem patrimonial ou um instrumento de produção.

A confusão entre nacionalidade e posse do território ocorre em benefício da propriedade. A historiografia oficial patrocinada pelo SPHAN endossa e ratifica essa versão ideológica e mistificadora: opera no sentido de diminuir a importância da inserção dessas reduções no absolutismo espanhol e incorporá-las à história brasileira. Ignora as diferenças culturais e políticas e também as afinidades sociais e econômicas; omite o processo de implantação e desenvolvimento dessas reduções em relação às missões religiosas como um todo, inclusive as instaladas em possessões portuguesas. Essa historiografia trata do jesuitismo em terras nacionais como mais um capítulo da saga civilizadora do homem branco em terras americanas. A alfabetização, o urbanis-

mo, a ação catequizadora do jesuíta sobre o guarani é integrada à visão totalizante da formação da nacionalidade brasileira.

A anexação territorial da região dos Sete Povos resultou de um ato de conquista quase individual, possível depois que um processo de desmantelamento e saque transformou o que havia sido uma comunidade próspera em ruínas esquecidas e abandonadas. A historiografia patrocinada pelo Estado Novo anexa uma memória social desorganizada à história do Brasil; apresenta como natural a incorporação desse território ao território brasileiro e omite a violência do processo de desmantelamento e incorporação. As ruínas de São Miguel aparecem como mais um testemunho do gênio e grandeza nacionais; o homem civilizado, branco e proprietário dos bens de produção, mistifica sua própria origem fingindo de patrão quando não é mais que um preposto explorado pela metrópole.

A incorporação das ruínas jesuíticas dos Sete Povos à identidade cultural brasileira é um capítulo da formação de uma nacionalidade que, pela inexistência de uma revolução burguesa, não se concretizou até os dias de hoje. Essa versão histórica impede que sociedades com uma mesma origem vivam a irrealidade de fronteiras políticas fictícias impostas a uma realidade cultural sem fronteiras.



Torre-Observatório,
en Trinidad, no Paraguai.

NOTAS

1. LAMEGO, Alberto. Os Sete Povos das Missões. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, 1940, nº 4, p.55-81.
2. Esse acervo pertencente a Alberto Lamego foi adquirido por Mário de Andrade para a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, a pedido de seu diretor, dr. A. de Almeida Prado. O material comprado chegou a São Paulo em novembro de 1935 e desde 1968 se encontra incorporado ao Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo.
3. COSTA, Lúcio. A Arquitetura Jesuítica no Brasil. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, 1941, nº 5, p.9-100.
4. Essa tendência à crença no progresso intrínseco das formas aparece bem exemplificada em passagens como a que se segue: “Só, mais adiante, já em pleno século XVIII, aparece, nesses coroamentos de torre, o perfil bulboso, aliás, como simples corolário barroco e não por um artifício de inspiração oriental, como tantos supõem”. Op. cit., p.36.
5. PORTO, Aurélio. *História das Missões Orientais do Uruguai*. Rio de Janeiro, 1943.
6. Idem, op. cit., p. VII.
7. Idem, op. cit., p. IX.
8. JAEGER, Luís Gonzaga. Introdução à op. cit., 2.ed., Porto Alegre, 1954, p.9.
9. A coleção de Pedro de Angelis (Nápoles, 1784; Buenos Aires, 1859) foi comprada por Dom Pedro II, por interferência de José Maria da Silva Paranhos, então Visconde do Rio Branco, em 1853 e integrada ao acervo da Biblioteca Nacional em 1854. Composta de livros e de manuscritos, entre estes encontram-se numerosos documentos referentes aos jesuítas e suas missões na bacia platina. Esse material foi organizado por CORTESÃO, Jaime, e, após sua morte, por VIANNA, Hélio. Manuscritos da Coleção de Angelis, v. I-VII. Rio de Janeiro, 1951-1970.

BIBLIOGRAFIA SPHAN/JESUÍTAS

REVISTAS DO SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

Nº 01 – 1937

Igreja do Antigo Colégio dos Jesuítas em São Pedro da Aldeia

– Documentação Necessária	(s/nº) entre 99-100
Godofredo Filho: Seminário de Belém da Cachoeira	101-111
Mário de Andrade: A Capela de Santo Antônio	119-125
Noronha Santos: A Igreja de São Francisco Xavier	139-150

Nº 02 – 1938

Alberto Lamego: O Solar do Colégio	21- 41
Rômulo Barreto de Almeida: A Capela de São José do Genipapo	225-228

Nº 03 – 1939

Luis Saia: O Alpendre nas Capelas Brasileiras	235-249
---	---------

Nº 04 – 1940

Alberto Lamego: Os Sete Povos das Missões	55- 81
Maria de Lourdes Pontual: A Sacristia da Catedral da Bahia e a Posição da Igreja Primitiva	193-206
David D. da Silva Carneiro: Colégio dos Jesuítas em Paranaguá	361-382

Nº 05 – 1941

- Lúcio Costa: A Arquitetura Jesuítica no Brasil 9-100
Sérgio Buarque de Holanda: Capelas Antigas de São Paulo 105-120
Hannah Levy: A Propósito de Três Teorias sobre o Barroco 259-284

Nº 06 – 1942

- Padre Serafim Leite: O Colégio de Santo Alexandre e a Igreja
de São Francisco Xavier, de Belém do Grão Pará 221-240
Ayrton Carvalho: Algumas Notas sobre o Uso da Pedra na Ar-
quitetura Religiosa do Nordeste 277-294

Nº 8 – 1944

- Padre Serafim Leite: Aldeia dos Reis Magos 189-210

PUBLICAÇÕES DA DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO
NACIONAL

Nº 09 – 1943

Aurélio Porto: *História das Missões Orientais do Uruguai*

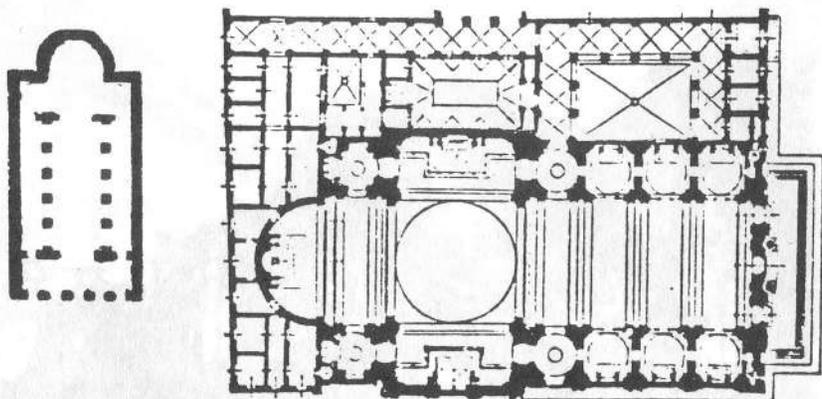
Nº 11 – 1944

Afonso Arinos de Mello Franco: *Desenvolvimento da Civilização Material no Brasil*

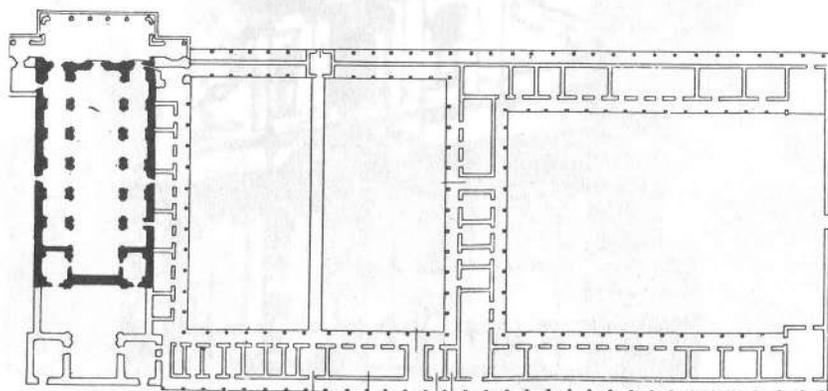




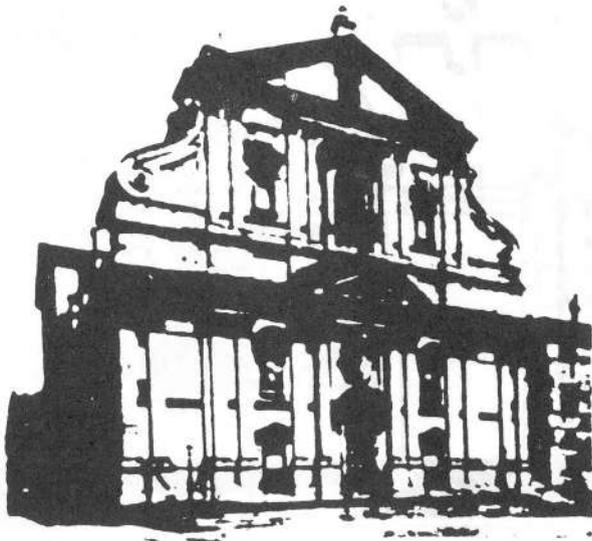
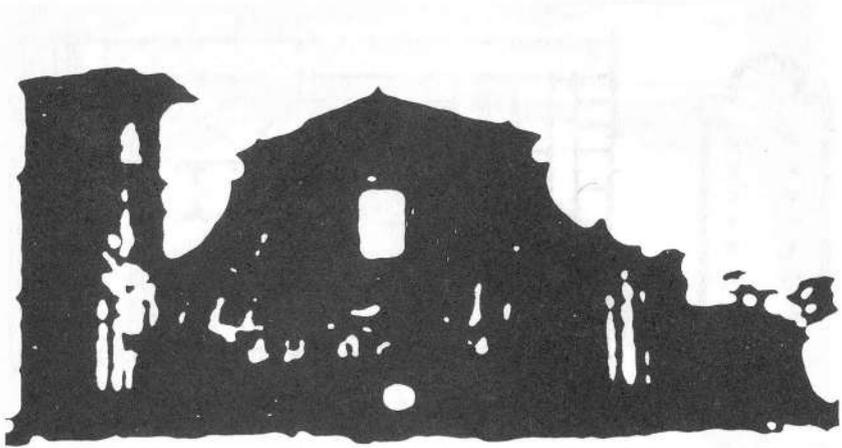
Arcos de São Miguel, no Brasil.



Planta de basílica romana (esquerda) e planta do Gesù, em Roma (direita).



Planta de São Miguel, segundo Mayerhofer; em negrito, a igreja.



Fachadas das igrejas de São Miguel, no Brasil (acima) e Gesù, na Itália (abaixo).



Naves das igrejas de Gesù, no Paraguai (acima) e São Miguel, no Brasil (abaixo).